



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**INFLUÊNCIA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E
DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ NO TRABALHO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR**

Rafael Castoldi¹

Celso Aparecido Polinarski²

RESUMO: As Diretrizes Curriculares do Estado (DCE), documento obrigatório para a base escolar, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), instrumento auxiliar, caracterizam as necessidades da educação básica orientando as escolas no desenvolvimento das propostas pedagógicas. A Educação Ambiental (EA) na educação formal é necessária para o desenvolvimento da educação contínua e integrada com a sociedade buscando amenizar as problemáticas ambientais. O objetivo deste trabalho foi de analisar a proposta dos PCN e das DCE do Paraná no que se referem as metodologias de trabalho que envolvam a temática de EA, e como os PCN e as DCE caracterizam as atividades que propõe o estudo da EA. A pesquisa foi desenvolvida por análise documental dos PCN e das DCE do Paraná dos anos de 2006 e 2008. Os resultados apresentam uma grande divergência entre os documentos, interferindo no desenvolvimento pedagógico, filosófico e metodológico, diferenças que dificultam o desenvolvimento contínuo e sistemático do planejamento com a temática Educação Ambiental.

Palavras-Chave: Projeto Político Pedagógico; Educação Ambiental; Diretrizes Curriculares Estaduais.

¹ Graduando em Ciências Biológicas Licenciatura na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – rcastoldi@hotmail.com

² Professor Assistente lotado no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática na Universidade Estadual de Maringá – capolinarski@yahoo.com.br

ABSTRACT: The Curricular Rules of the State (CRS), a compulsory document to the school basis, and National Curricular Parameters (NCP), auxiliary instrument, characterize the necessities of basic education, orienting schools to the development of pedagogical purposes. Environmental Education (EE) at formal education is necessary in order to develop the continuous and integrated education with society following to slow down environmental problems. The aim of this essay was to analyze the purpose of NPC e of the CRS of Paraná in which it concerns to work methodologies that involves the theme of EE, and just like the NPC and the CRS characterize the activities that purpose studies of EE. The research was developed by means of documentary analysis of the NPC and the CRS of Paraná in the years of 2006 and 2008. The results show a wide divergence between the documents, interfering the pedagogical, philosophical and methodological development, differences which make difficult the continuous and systematic development of the planning with the theme of Environmental Education.

Keywords: Political Pedagogical Project, Environmental Education, Curricular Rules of the State.

Introdução

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento de fundamental importância para a construção de um trabalho escolar sistematizado, e o seu desenvolvimento deve ocorrer a partir do levantamento das necessidades da comunidade e da escola. Portanto, é estruturado com planos e projetos visando o desenvolvimento do trabalho de forma adequada e planejada, com atividades para o decorrer do ano letivo.

Segundo Veiga (1998), o PPP deve refletir a realidade da escola, com maneiras para superar possíveis obstáculos, auxiliando a clarificação da ação educativa da instituição educacional em sua totalidade. É ainda um instrumento necessário para o “caminhar” escolar, possibilitando um rumo para a instituição de ensino, descrevendo maneiras de manter um trabalho escolar sistemático e organizado.

Neste mesmo contexto, Veiga (2001) expõe que o projeto pedagógico deve conter características como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em manter o trabalho pedagógico organizado e que corrompa os conflitos e as contradições; que aponte princípios baseando-se na autonomia da escola; ser um documento comum e coletivo e que dê estímulo para a participação de toda a comunidade escolar; deve explicitar o compromisso com a formação do cidadão; e ainda conter opções e direcionamentos que visem à superação de problemas no decorrer do trabalho educativo e que seja voltado para uma realidade específica.

Outras atribuições ao PPP pontuadas é a de prever as atividades da escola, do administrativo ao pedagógico, com intenções da construção de uma escola democrática e capaz de contemplar as vontades da comunidade envolvida (NERI; GUIMARÃES, 2001).

Para Gadotti (2000, p.2):

[...] não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Para se construir um PPP é necessário observar as diretrizes do Sistema Nacional de Educação, estas diretrizes indicam alguns documentos que auxiliam o desenvolvimento do PPP, dentre eles está os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento que propõem a organização curricular em âmbito federal, e com objetivo de trazer propostas metodológicas que procuram uma visão mais articulada entre o conhecimento científico e o cotidiano além da escola.

Os parâmetros apresentam temáticas atuais para serem trabalhadas nas escolas, estas denominadas de temas transversais, os quais correspondem a questões urgentes (BRASIL, 1997). Em relação ao enfoque no trabalho escolar com os temas, estes devem permear todas as disciplinas escolares, garantindo assim, que não seja caracterizado como um conteúdo de uma única disciplina, para exemplificar pode-se citar a temática transversal de Educação Ambiental, que normalmente era deixada a cargo da disciplina de Ciências Naturais.

Entretanto os PPPs são desenvolvidos e estruturados em conformidade das Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE), documento produzido pelos seus respectivos estados com a finalidade de organizar a estrutura filosófica, metodológica e de conteúdo escolar.

A temática ambiental desperta bastante interesse em vários campos da ciência, principalmente na área do Ensino de Ciências que é trabalhada normalmente com a denominação de Educação Ambiental (EA), designação conferida pela possibilidade de interagir com questões sociais, econômicas e também política.

A utilização da EA na educação formal é proposta para o desenvolvimento da educação contínua e integrada com a sociedade buscando amenizar as problemáticas ambientais. A escola como espaço interativo das diversas classes sociais é representada

como o local adequado para possibilitar a reestruturação da forma de compreender e utilizar os recursos naturais.

O trabalho com a Educação Ambiental seria um grande passo para mudanças de atitudes no qual envolvam os alunos, segundo Telles et al. (2002, p.31):

não podemos achar que só a Educação Ambiental será responsável por interromper esse processo de degradação ambiental pelo qual passa o nosso planeta, mas temos a certeza que é um dos melhores instrumentos que possuímos atualmente para colocar em prática as mudanças de comportamentos, que irão contribuir para a preservação do ambiente e manter a qualidade de vida.

Portanto, esta pesquisa teve por objetivos analisar a proposta dos PCN e das DCE do Estado do Paraná, documentos que norteiam o trabalho escolar e auxiliam na elaboração dos PPPs, a análise se constituiu em verificar como está inserido, nestes documentos, as metodologias de trabalho que envolvem a temática de Educação Ambiental, e como os PCN e as DCE caracterizam as atividades que propõe o estudo da EA.

Metodologia

A pesquisa foi elaborada em duas etapas: a primeira etapa consistiu na análise das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e os Parâmetros Curriculares Nacionais, em referência a contextualização da temática Educação Ambiental. Na segunda etapa foram feitas comparações de idéias entre as DCE do Paraná e os PCN, focando as metodologias de trabalho que caracterizam as atividades no desenvolvimento da EA nas escolas.

Estas verificações foram baseadas na metodologia de análise documental de fonte primária. A análise documental é realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos, e podem ser de fontes primárias e secundárias, fontes escritas ou não. Fontes primárias são os dados obtidos de documentos oficiais; secundária dados obtidos de revistas, jornais, teses, cuja autoria é conhecida; as não escritas são de fotos e imagens (PÁDUA, 2004), (BELL, 1993), (COHEN; MANION, 1994).

Lüdke e André (1986) consideram a análise documental como uma fonte de coleta de dados estável, pois os dados podem ser consultados diversas vezes e persistem a um longo tempo. A análise documental se constitui como ferramenta para a análise de dados de forma qualitativa. Lakatos e Marconi (1985) consideram que na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a fonte para coleta dos dados e, estes são analisados indutivamente, o

processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Este tipo de metodologia permite a aproximação da realidade.

Segundo Martins (1994) a pesquisa qualitativa não se fundamenta em deduções, mas descreve e determina com precisão a natureza dos dados obtidos.

Resultados e Discussões

Foram verificadas as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná nas edições publicadas em 2006 e 2008, apontando as divergências e as semelhanças entre estes dois documentos, e confrontando estes aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná X Parâmetros Curriculares Nacionais

Na análise desses documentos foram verificadas divergências, principalmente com críticas feitas das DCE para os PCN. As DCE do Paraná, nas duas edições, tecem críticas relacionadas com a metodologia de trabalho dos PCN, sendo estes não utilizados nos delineamentos das DCE deste estado.

A descrição de Paraná (2006, p.23) possibilita esta compreensão:

o ensino de Ciências teve o objeto de estudo redirecionado. Seus conteúdos clássicos se esvaziaram em decorrência da publicação e ampla distribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental [...] os conteúdos específicos ficavam em segundo plano, à margem do processo pedagógico e, geralmente, eram tratados sem aprofundamento porque o foco estava nas temáticas dos projetos.

O mesmo encontrado na DCE de 2008, na qual descaracteriza a disciplina de Ciências e também o trabalho de Educação Ambiental pelos PCN. Este fato é verificado na citação de Paraná (2008, p.56) contestando os PCN, “nesse documento o quadro conceitual de referência da disciplina e sua constituição histórica como campo do conhecimento ficaram em segundo plano”. Neste mesmo documento o estudo da constituição histórica das Ciências é ponto centralizador do ensino desta disciplina.

As DCE do Paraná, 2006 e 2008, fazem inferência à maneira como é trabalhado diversos conteúdos da disciplina de Ciências pela metodologia dos temas transversais. Para Paraná (2008, p.19):

o Currículo Básico foi desvalorizado e os PCN contribuíram para a perda de identidade da disciplina de Ciências, pois, parte de seus conteúdos mais

tradicionais foram englobados pelos Temas Transversais. O quadro conceitual de referência da disciplina e sua constituição histórica com campo do conhecimento ficaram, assim, em segundo plano.

Portanto, as DCE apontam que os PCN desvalorizam temas tradicionais da disciplina de Ciências, possibilitando a compreensão de que estas não aceitam os temas transversais.

Para as DCE do Paraná as metodologias de trabalho na área de Educação Ambiental são diferentes das descritas nos PCN. As DCE propõem uma metodologia com caráter interdisciplinar, e os PCN apresentam a metodologia dos temas transversais, ou seja, a transversalidade, e propõem o trabalho interdisciplinar somente em segundo plano.

Avaliação, Atividades e Motivação para o Ensino em EA nos PCN

O processo avaliativo descrito nos PCN valoriza o desenvolvimento cognitivo e social do aluno, enfatizando que os sistemas avaliativos utilizados pelos professores servem principalmente para planejar a sequência de seus trabalhos e ajustar ao processo de seus alunos, a fim de oferecer condições para a superação de obstáculos e buscar desenvolver a autonomia e o autoconhecimento, e nunca de qualificar, ou seja, o professor deve se autoavaliar para que possa melhorar o seu trabalho (BRASIL, 1997).

Diversas técnicas são apresentadas pelos PCN para a realização de atividades que valorizam a motivação no conteúdo de EA. Atividades como trabalhos em grupo, onde segundo Brasil (1997, p.57) “empreender trabalho em grupo, capaz de envolver e de colocar os alunos em interação social e cognitiva”; apresentar leituras diversificadas como jornais e revistas para que os alunos tenham contato com a vida social e com os problemas ambientais; discutir os meios de comunicação para que os alunos possam entender as mensagens implícitas e explícitas; aplicar atividades experimentais para que os alunos tenham contato com diferentes realidades; e a utilização de debates, seminários, discussões para desenvolver a compreensão dos alunos em relação ao meio ambiente (BRASIL, 1997).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais ainda apresentam como de fundamental importância a valorização da vida social do aluno e a realidade escolar, para que os educandos possam assumir responsabilidades e buscar resolver problemas (BRASIL, 1997). Neste contexto para a EA, Telles et al. (2002) afirmam que, trabalhos devem ser

desenvolvidos buscando encontrar dentro do próprio âmbito escolar ou até da comunidade, locais que ocorrem degradação do meio ambiente.

Divergências encontradas entre as DCE do Paraná de 2006 e 2008

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná em suas edições de 2006 e 2008 apresentam grandes divergências na metodologia de trabalho em sala, nos sistemas de avaliação e nas atividades de motivação do estudo em EA.

Primeiramente se observa uma grande diferença entre estas Diretrizes em referência ao trabalho escolar. A edição de 2006, na disciplina de Ciências da Natureza, orienta-se pela tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), bastante discutida em congressos, teses de doutorados, entre outros. Na DCE de 2008 ocorre a valorização do trabalho levando em consideração o contexto histórico da Ciência, não enfatizada na edição de 2006.

Considerando os sistemas de avaliação das DCE de 2006 e 2008, também apresentam divergências, a DCE de 2006, apresenta a valorização dos conhecimentos prévios em relação aos conhecimentos acumulados e o progresso do aluno no momento avaliativo, ainda considera importante saber quanto e de que forma o aluno se apropriou desses conhecimentos científicos (PARANÁ, 2006).

A mesma descarta a utilização das provas escritas, se contrapondo a DCE 2008. A última valoriza a apropriação escrita, Paraná (2008, p.44) enfatizando Vigotsky (1991b) possibilita essa compreensão, para este “a prova pode ser um excelente instrumento de investigação do aprendizado do estudante e de diagnóstico dos conceitos científicos escolares ainda não compreendidos por ele, além de indicar o quanto o nível de desenvolvimento potencial tornou-se um nível real”.

A DCE 2008 apresenta uma metodologia de avaliação baseada em Hoffman (1991) que conceitua como o modelo “transmitir-verificar-registrar”. Assim, a avaliação como prática pedagógica é entendida como “ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando idéias, reorganizando-as” (HOFFMANN, 1991, p.67 apud PARANÁ, 2008, p.77)

Comparando a DCE 2006 para 2008, é possível verificar nitidamente uma diferenciação no caráter conceitual, filosófico e metodológico descrito nestes, mudança

que interrompe todo planejamento apresentado no PPP e reflete em todas as disciplinas, bem como, no desenvolvimento da EA.

Neste contexto, Oliveira (2007) propõe que o trabalho em Educação Ambiental deve ocorrer de forma contínua e sistematizada. Desta forma, se acontecer mudanças estanques e distanciadas dos projetos antecessores ocorrerá uma digressão do trabalho de EA entre os atores do processo instituído.

Temas transversais como proposta dos PCN

Os temas transversais apresentados nos PCN são selecionados a partir de “questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana” (BRASIL, 1997, p.17), os temas escolhidos pelos PCN são: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo, Saúde e Orientação Sexual. O documento não restringe o trabalho nestas temáticas, inferindo que a comunidade escolar pode apontar outras questões urgentes a serem trabalhadas.

Analisando a transversalidade apontada pelos PCN, é evidenciado uma proposta do fazer pedagógico com as temáticas, ou seja, os temas não devem constituir novas disciplinas mas serem trabalhadas em todas as áreas do currículo escolar, cada uma com suas características e especificidades.

A Educação Ambiental, apontada pelos PCN como temática transversal, normalmente na realidade escolar é deixada a cargo da disciplina de Ciências da Natureza fato evidente que não deveria ocorrer. Evidência corroborada por Brasil (1997) qual situa que estudos como do meio ambiente deve ser trabalhado principalmente por disciplinas que tem alguma relação com o tema, como por exemplo, geografia, história, ciências entre outras. Em disciplinas que a relação com o tema é distante, o trabalho desta temática deve ocorrer de forma implícita, como no caso da matemática e do português que podem lançar textos, tabelas, gráficos e enunciados referindo-se a questão em foco.

O tema Meio Ambiente é apontado como tema transversal por ser uma temática discutida em todos os âmbitos da sociedade e estar inserido em todos os critérios apontados pelos PCN para a escolha dos temas transversais, que são: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, e favorecer a compreensão da realidade e a participação social (BRASIL, 1997).

Os PCN abordam os temas transversais como de fundamental importância para serem discutidos não apenas na sala de aula, mas serem debatidos no cotidiano dos alunos e da comunidade. Em relação à temática transversal Meio Ambiente, os parâmetros ressaltam a importância de desenvolver trabalhos de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada.

Transversalidade e Interdisciplinaridade nos PCN

A transversalidade tratada nos PCN diferem em alguns pontos da interdisciplinaridade, “bastante difundida no campo da pedagogia” (BRASIL, 1997, p.29). Os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam as semelhanças entre as metodologias transversalidade e interdisciplinaridade, como citado por Brasil (1997, p.29-30):

ambas — transversalidade e interdisciplinaridade — se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos.

Mas também diferem uma da outra: “a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática (BRASIL, 1997, p.30).

Assim, demonstra que a interdisciplinaridade questiona a segmentação e a visão compartimentada das disciplinas, e a transversalidade trata da relação entre “aprender sobre a realidade” e de compreender “na realidade e da realidade” (BRASIL, 1997, p.31). Portanto estas diferenças e semelhanças citadas evidenciam que os PCN apontam um trabalho estruturado no conjunto das disciplinas escolares, situação que vem auxiliar o engajamento da comunidade escolar na construção e no desenvolvimento das propostas pedagógicas.

Conclusões

As Diretrizes Curriculares Estaduais, documentos obrigatórios, e os Parâmetros Curriculares Nacionais permeiam a construção dos Projetos Político-Pedagógicos, entretanto os resultados do trabalho apontam divergências entre estes documentos. As contradições mais singulares são em relação à questão filosófica e metodológica para a

proposição do trabalho escolar. Estas questões são evidenciadas em relação aos PCN com as DCE e entre as próprias DCE de 2006 e 2008.

Os PCN em relação à temática deste trabalho, Educação Ambiental, posiciona como proposta metodológica a transversalidade, evidenciando que todas as áreas do saber são responsáveis em desenvolver esta temática na escola. Para o Estado do Paraná os PCN foram abolidos das discussões que nortearam o desenvolvimento das DCE, assim, a transversalidade não é evidenciada nestes documentos.

Como descrito anteriormente ocorrem diferenças entre as DCE do Estado do Paraná, dificultando o trabalho escolar. As desarticulações entre as DCE de 2006 em relação a de 2008 geram mudanças repentinas, estanques e não sistematizadas, promovendo o distanciamento de trabalhos e projetos, instituídos e planejados para o desenvolvimento da temática Educação Ambiental nas escolas.

REFERÊNCIAS:

- BELL, J. **Como realizar um projecto de investigação**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COHEN, L.; MANION, L. **Research Methods in education**. 4. ed. London: Routledge, 1994.
- GADOTTI, M. O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Educação e Realidade. Porto Alegre, 1991.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

- LÜDKE, M.; ANDRÉ, E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e universitária LTDA, 1986.
- MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. In.: FAZENDA, I. **A Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed., cap. 4, p. 47–58, São Paulo: Cortez, 1994,
- NERI, M.C.S., GUIMARÃES, M.L. **Projeto Político-Pedagógico: Uma Prática Educativa em Construção**. Monografia. Belém, 2001.
- OLIVEIRA, T.V.S. A educação ambiental e cidadania: a transversalidade da questão. In.: **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 42/4, 10 de abril de 2007.
- PÁDUA, E.M.M. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2004.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Ciências para a Educação Básica**. Curitiba, 2006.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Ciências para a Educação Básica**. Curitiba, 2008.
- VEIGA, I.P. (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.
- VEIGA, I.P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- VIGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.
- TELLES, M.Q.; ROCHA, M.B.; PEDROSO, M.L.; MACHADO, S.M.C. **Vivências Integradas com o meio ambiente**. Ed.: Sá Editora. São Paulo, 2002.

Recebido em 03/04/2009
Aprovado em 16/06/2009